

Nas moendas do capitalismo internacional

Barbosa Lima Sobrinho

NÃO é, de certo, a primeira vez que nos defrontamos a situações difíceis, na história financeira do Brasil. Em 1898, em 1914, em 1931, em 1934, pelo menos, tivemos problemas semelhantes, para satisfazer os compromissos de nossa dívida externa. Por isso mesmo invoquei, no domingo passado, a frase desesperada de Bernardino de Campos, em 1898, quando comunicava ao Presidente eleito, Campos Sales, que "não aguentaremos até julho". Lembrança que não seria bem um consolo, mas antes um atestado de imprevidência crônica.

Apesar disso, estou longe de ser um derrotista, embora deteste ver, à porta do Brasil, tantos credores, exigentes, talvez desaforados, usando expressões que nenhum brasileiro gostaria de que fossem ditas a delegados de seu país. Não sei se todos pensam da mesma forma, mas, para mim, a Pátria é uma coisa sagrada, que deveria saber colocar-se acima de todas essas contingências, com um senso agudo de responsabilidade e pundonor.

Embora acredite que tivemos a sorte de possuir, no momento, o melhor Staff para situações semelhantes, com lutadores que sabem absorver pancadas como se fossem homenagens, e para os quais os sócios se transformam em ramos de flores. Até parece que os gongos emparearam, para não marcar os **rounds**, e os árbitros receberam recomendações para, em face

dos combatentes derrubados, ficarem contando indefinidamente o tempo, para que eles se levantem, e possam retomar a luta, sem esperança de vitória, tão-somente para não decepcionar a numerosa platéia dos banqueiros de todo o mundo.

Para o povo brasileiro, o espetáculo está longe de ser divertido. Mesmo calamidades imensas, como essas que desabaram nos Estados do Sul, com 300 mil desabrigados, e os prejuízos colossais que estão causando, mesmo os cinco anos de seca da região nordestina, não conseguem afastar a impressão de que estamos perdidos num labirinto, sem a possibilidade de encontrar o caminho da saída. Não adiantam promessas, explicações, desculpas. Já estamos cansados de tudo isso, quando nos parece que a função essencial do Ministro do Planejamento é planejar promessas, promessas que as realidades se incumbem de destruir. Vivemos num país esmagado por um déficit público que já não sabemos como reduzir, pois que não adianta nada viver a responsabilizar as estatais que são, na verdade, mais vítimas do que algozes. E quando nos comovemos diante das imagens trágicas das enchentes que devastam o Estado de Santa Catarina, ficamos a pensar se ali não está sendo exposta a situação atual do próprio Brasil.

De certo que havemos de superar tudo isso. As forças imanentes do país superam todas as dificuldades e obstáculos que estejam surgindo, pois, como dizia Osvaldo

Aranha, não há abismo tão grande que nele possa caber o imenso Brasil. O que nos falta é um programa de decisões capazes de evitarem crises, como as que estamos sofrendo, um programa que eu classificaria como de segurança, para ser cumprido por todos os nossos governos, e que não venha a sujeitar a soberania nacional às concessões de que não pode e não sabe fugir um devedor remisso.

A inadimplência encurta, quando não anula, as reações do brio. Mas o que compromete uma situação individual não pode comprometer os deveres de uma nacionalidade consciente de sua dignidade. Há que levantar a cabeça e recorrer à franqueza, mais do que a desculpas de mau pagador.

Se não temos condições para pagar em dia os nossos compromissos, há que ter a coragem de dizer, francamente, que não podemos pagar. Pois não usamos, para uso interno, o argumento dos dois choques do petróleo, o de 1973 e o de 1979? Por que não invocar essa mesma razão diante do estrangeiro que os conheceu melhor do que o povo brasileiro?

Tanto mais que as culpas não se limitam aos devedores. Também foi culpado o credor, oferecendo, com insistência, empréstimos, não cuidando do interesse dos devedores, mas procurando apenas empregar os petrodólares que haviam recebido, para obter rendimentos com que contentar depositantes. Houve tanta leviandade em

admitir dívidas, sem ter certeza de contar com as divisas necessárias para o seu resgate, quanto em oferecer empréstimos a países, sem o exame minucioso de suas condições de pagamento.

Tanto mais quando o banqueiro estrangeiro conhece melhor a situação real de cada país devedor do que os governantes que os dirigem. Foi a sensação que Campos Sales admitiu, quando um dos diretores do **Credit Lyonnais** lhe mostrou os dados que possuía, a respeito da situação econômica e financeira do Brasil. Quando forçavam tanto a aceitação dos empréstimos oferecidos, não podiam ignorar os banqueiros os riscos a que se expunham, e só os aceitaram porque tinham interesse em não demorar a aplicação dos recursos de que eram simples depositários.

O essencial é que tudo isso se faça com a preocupação de atender aos nossos interesses, e não às exigências do credor estrangeiro, nesta hora representado pelo FMI. O corte de salários também concorre para agravar a recessão. O inimigo essencial não é o salariado, mas o déficit público, que força, por sua vez, o jorro das emissões de papel-moeda, o aumento irrefletido da dívida externa, assim como o recurso aos banqueiros estrangeiros. Tudo isso resultando numa situação cambial em que o dólar não pára de subir e o cruzeiro de descer, em reajustamentos que eram, antes, de dois em dois meses, e passaram

agora a se tornar bissemanais, enquanto não se tornem cotidianos. Pode-se imaginar o que se tem feito nesses últimos 18 anos, com o verificar que o dólar se podia comprar, de começo, por um cruzeiro, e já está agora marchando para 1 mil cruzeiros, numa escala vertiginosa, sem paralelo e sem precedentes, na história financeira do Brasil.

E quando pensamos que a nossa dívida é paga em cruzeiro, convertido em dólares, chegamos à conclusão de que não precisamos contrair novas dívidas, para que suba, dia a dia, o nosso endividamento externo. E o que se tem feito para resolver tão grave situação?

Na verdade, nada, mas realmente nada. O que vale dizer que a nossa dívida exterior cresceu mil vezes, nesses últimos 18 anos, sem que esse algarismo tenha acarretado a entrada de um só dólar, pois que bastou, para chegarmos a essa conclusão, a própria depreciação do cruzeiro. Junte-se a isso o aumento real da dívida e a deterioração dos termos do comércio internacional, em que precisamos, cada ano, exportar mais toneladas para receber menos, ou os mesmos dólares anteriores, e teremos a medida exata de uma crise que está a exigir, de nossas autoridades, mais energia, mais decisão, para não ficarmos esmagados nessas moendas implacáveis do capitalismo internacional.